



RELATÓRIO INFRAESTRUTURA



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

DESTAQUES DO MÊS

Governo pretende leiloar aeroportos até o fim do ano



O Governo Federal mantém a previsão de realizar o leilão de concessão de três blocos de aeroportos no Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste ainda este ano, até o fim da primeira quinzena de dezembro. A expectativa foi passada pelo Secretário de Articulação de Políticas Públicas do Programa de Parceria de Investimentos (PPI), Pedro Bruno de Souza. O modelo de contratação está em audiência pública na Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que permanecerá aberta para receber contribuições do setor até 13

de julho. Souza disse que os estudos econômicos já foram enviados ao Tribunal de Contas da União (TCU). Ao todo, o Governo planeja ofertar a concessão de 13 terminais de passageiros, com prazo contratual de 30 anos. Ao longo deste período, as operadoras deverão investir cerca de R\$ 3,5 bilhões, se a projeção de demanda de passageiros for confirmada. O maior e mais atrativo bloco de aeroportos é o do Nordeste. O conjunto envolve seis aeroportos, sendo quatro em capitais. Este bloco abrange as cidades do Recife, Maceió, João Pessoa, Aracaju, Juazeiro do Norte e Campina Grande. Os técnicos do Governo consideram que a grande novidade da 5ª rodada de concessões de aeroportos é a flexibilização para pagamento da outorga variável. Além da outorga inicial, atrelada ao lance dado no leilão, o investidor deverá pagar um valor anual a partir do sexto ano da assinatura do contrato, calculado por um percentual cobrado sobre faturamento. *(Baseado em Valor Econômico – 14.06.2018).*

PAINEL

ANAC abre Audiência Pública visando receber contribuições para concessão da ampliação, manutenção, exploração de aeroportos e outros estudos

ANAC abre Audiência Pública para receber contribuições sobre os Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA e as minutas de Edital de Licitação, Contrato de Concessão e respectivos Anexos relativos à concessão da ampliação, manutenção e exploração de aeroportos. Os interessados podem enviar contribuições até o dia 13 de julho de 2018.

Saiba mais: www.anac.gov.br

Eólicas veem novas oportunidades no mercado livre

Ainda muito atreladas aos contratos no mercado regulado, as geradoras eólicas enxergam na estruturação de novos modelos de financiamento a oportunidade para avançar no mercado livre de energia. O principal fator para o relativo otimismo vem do BNDES, que quer ser um indutor de novos projetos no setor. Elbia Gannoum, Presidente da Abeeólica, explica que a demanda por energia eólica avançou por conta da queda nos preços de geração da matriz. Já a oferta fica mais plausível com o Banco de Fomento disposto a aceitar contratos de curto prazo, mesmo para financiamento com amortização mais longa. Para tornar os financiamentos viáveis, mesmo sem longos contratos, o BNDES utilizou para os cálculos de geração de caixa um Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) de suporte de R\$ 90 o Megawatt-hora (MWh). O valor é considerável mais próximo ao praticado pelo setor no mercado regulado, tornando a estruturação dos projetos para o mercado livre mais próxima do cenário atual. O PLD mínimo considerado pelo Banco é de R\$ 40 por MWh. Além da mudança na métrica, o Banco também estuda abrir oportunidade para as “garantias rolantes”, ou seja, os contratos de curto prazo podem ser substituídos por novos contratos quando os anteriores estiverem perto de seu encerramento. A janela surge em um momento oportuno para o desenvolvimento no mercado livre, uma vez que as contratações reguladas estão em baixa. Depois de dois anos sem leilões, os certames mais recentes tiveram contratação pequena. A Abeeólica calcula que a capacidade voltada para o mercado livre deve dobrar até 2023, para 2 Gigawatts (GW). Para a geração eólica como um todo, o crescimento deve ser dos atuais 13 GW para 18 GW. *(Baseado em Valor Econômico – 08.06.2018).*



BNDES vai financiar até 95% das obras em saneamento básico

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) informou, em comunicado, mudanças nas condições de financiamentos para projetos em saneamento básico do setor público selecionados pelo programa Avançar Cidades – Saneamento, do Ministério das Cidades. De acordo com a instituição de fomento, com as mudanças aprovadas, a participação do BNDES no investimento foi ampliada de 80% para até 95% do valor total— limitada a 100% dos itens financiáveis. Além disso, os juros e o prazo para pagamento variam entre 0,9% ao ano e 1,3% ao ano. O período do empreendimento pode chegar até 34 anos, incluído o período de carência, em casos de investimentos acima de R\$ 20 milhões contratados diretamente com o Banco. O BNDES lembrou, no informe, que o Avançar Cidades – Saneamento visa financiar projetos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos, manejo de águas pluviais, redução e controle de perdas, planos de saneamento e estudos e projetos. O ranking divulgado pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes) apontou que a melhora dos indicadores de saneamento das maiores cidades brasileiras tem sido mais lenta do que o necessário. *(Baseado em Valor Econômico – 13.06.2018)*

Governo avalia dispensar parecer da AGU sobre debate da cessão onerosa

Em um sinal de avanço nas negociações, o Governo avalia recuar da decisão de pedir à Advocacia-Geral da União (AGU) parecer sobre a negociação do contrato de cessão onerosa entre o Tesouro e a Petrobras. A AGU até agora não recebeu formalmente o processo, embora participe informalmente da discussão, e autoridades do Governo já admitem não encaminhá-lo ao órgão, conforme chegou a ser anunciado há algumas semanas. Ainda assim, uma solução ainda não foi encontrada e o tema segue pendente de um entendimento. O principal impasse da negociação, que seria levado à AGU pela Fazenda, refere-se à questão sobre em qual moeda será referendado o acordo entre as partes em torno da revisão do contrato, assinado em 2010. Segundo fontes oficiais, essa disputa hoje chega a valores ao redor de R\$ 6,5 bilhões. O que ainda não está claro é exatamente a que se refere essa divergência bilionária. Duas versões são mencionadas nos bastidores, apesar de o Ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, estar exercendo forte pressão sobre os participantes para que tudo seja mantido em sigilo, tendo exigido que todos assinassem um termo de confidencialidade. A primeira versão é que a diferença se refere a pendências tributárias a serem pagas pela Petrobras no âmbito do contrato. Outra versão é que a divergência se deve, simplesmente, à diferença de taxa de câmbio considerada em 2010 e a atual, enquanto transcorre a negociação entre as partes sobre os 5 bilhões de barris que a União concedeu à empresa petrolífera. Depois de um período de pausa, causado pela combinação entre a greve dos caminhoneiros e frustração com a falta de um acordo dentro da comissão do Governo sobre a cessão onerosa, as conversas entre o comando da Petrobras e Governo sobre o tema voltaram a se intensificar nos últimos dez dias. O papel da AGU nesse caso não seria exatamente de arbitragem. O próprio Governo reconhece que seria estranho que um órgão da União resolvesse a divergência, dado que a Petrobras é uma empresa estatal de capital aberto, com acionistas privados. No caso, ela daria um parecer para esclarecer a divergência que havia entre os Ministérios da Fazenda, representando o Tesouro, e Minas e Energia, com uma visão mais próxima da Petrobras, especificamente nesse caso. Essa manifestação balizaria os próximos passos do Governo. A Fazenda quer encerrar a discussão sobre a cessão onerosa e resolver o mais rápido possível o impasse. O Ministro Eduardo Guardia já disse publicamente que considera essencial que um acordo seja celebrado para viabilizar o leilão dos excedentes da área onde estão os 5 bilhões de barris entregues à estatal. Oficialmente, o Governo calcula que a área tem um potencial adicional de até 15 bilhões de barris, mas, como o Valor mostrou na semana passada, há pareceres apontando potencial de até 17 bilhões de barris excedentes. A visão da equipe econômica é que, sem um acordo entre União e Petrobras, um leilão fracassaria por conta das dúvidas dos potenciais investidores sobre o que exatamente será ou não explorado nas áreas. *(Baseado em Valor Econômico – 12.06.2018)*

Com R\$ 850 milhões, BNDES incentiva energia solar

O BNDES prevê desembolsos de R\$ 850 milhões para projetos de geração de energia solar em 2018. O montante representa mais de 60% do total que o Banco financiou para o segmento entre 2003 e 2017: R\$ 529 milhões. O Banco, que definiu a energia solar como uma das prioritárias em sua política de financiamentos para o mercado elétrico, enxerga a fonte como uma área promissora e que pode seguir o caminho trilhado pela geração eólica no Brasil. A atenção do BNDES é voltada não só a usinas solares de grande porte, que totalizam sete projetos na carteira, mas também para o desenvolvimento de projetos de micro e mini geração distribuída, a serem instalados nos tetos de residências, prédios, estacionamentos, etc. Nesse caso, a Diretoria do

Banco aprovou a utilização de recursos do Fundo Clima para o financiamento para investimentos de pessoas físicas em energia solar. Os recursos poderão ser contratados em operações indiretas apenas por meio de bancos públicos. Os limites do Fundo Clima alcançam 80% dos itens financiáveis, podendo chegar a R\$ 30 milhões a cada 12 meses por beneficiário, que pode ser pessoa física ou jurídica. De acordo com a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), a fonte solar deverá responder por 10% do parque gerador do País até 2030. Hoje, essa fatia é de menos de 1%, equivalente a 1,1 Gigawatts (GW) instalados. As projeções serão detalhadas no evento Brasil Solar Power, no Rio. *(Baseado em Valor Econômico – 12.06.2018).*

Sem crédito e com alta do insumo, indústria da construção pode estagnar

Sem crédito para a produção e com sucessivos aumentos dos preços dos insumos, a indústria da construção civil deve continuar estagnada neste ano. O Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins, acredita que não haverá crescimento neste ano. Se os gargalos que impedem a expansão da atividade do setor forem superados a tempo, no melhor dos cenários, ele estima que a construção, que teve contração de 5% em 2017, pode vir a registrar um crescimento de 0,5%. A construção civil depende de crédito para financiar os investimentos e, também, de segurança jurídica. Atualmente, segundo Martins, ela está carente desses fatores. Mesmo quando a economia dava sinais de crescimento,

os indicadores do IBGE para o setor não eram os mais promissores. No primeiro trimestre de 2018, enquanto o País cresceu 0,4%, a construção recuou 0,6%. A esse quadro somam-se as incertezas políticas decorrentes das eleições, desestimulando ainda mais novos investimentos. As restrições fiscais levaram a uma substancial queda dos investimentos públicos. No caso do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), substituído pelo Avançar, o recuo é gritante: dos R\$ 64 bilhões executados em 2014, o orçamento para 2019 aplica somente R\$ 17 bilhões. A solução é o investimento privado, mas, para estimulá-lo, o Governo teria que assegurar que vai conseguir quitar suas contas no futuro. *(Baseado em Valor Econômico – 12.06.2018).*

1. ENERGIA ELÉTRICA

1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

**Previsão para Entrada em Operação (em MW)
de 15 de maio de 2018 até 31 de dezembro de 2022**

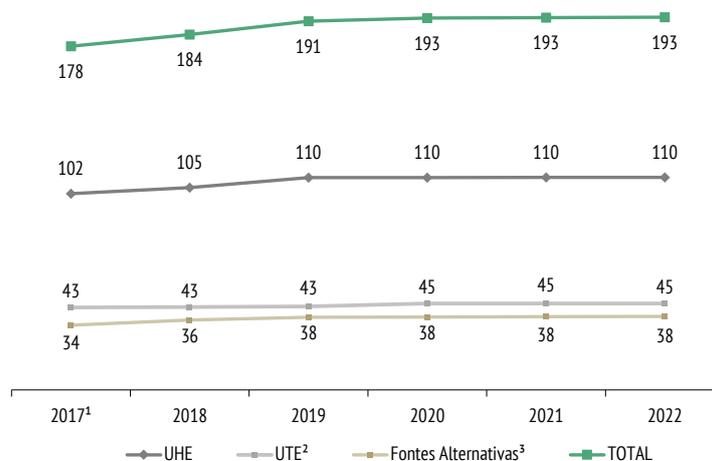
Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2018	2019	2020	2021	2022	Σ
Conservador	1.961	5.236	0	32	0	7.229
Otimista	1.961	5.236	0	32	71	7.300
Usinas Termelétricas (UTE)						
Cenário	2018	2019	2020	2021	2022	Σ
Conservador	116	345	1.516	0	50	2.026
Otimista	116	828	2.081	1.244	50	4.318
Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa, Eólica e Fotovoltaica (F.A.)						
Cenário	2018	2019	2020	2021	2022	Σ
Conservador	1.947	1.117	82	24	20	3.191
Otimista	1.947	2.577	731	1.042	346	6.644
Somatório de UHE, UTE e F.A.						
Cenário	2018	2019	2020	2021	2022	Σ
Conservador	4.024	6.698	1.598	56	70	12.446
Otimista	4.024	8.641	2.812	2.317	468	18.262

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, aumento de 1,1% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de maio de 2018 e 31 de dezembro de 2022.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de aproximadamente 18,3 mil MW no período 2018-2022. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 1,9% ao ano.

Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)
Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação.
Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

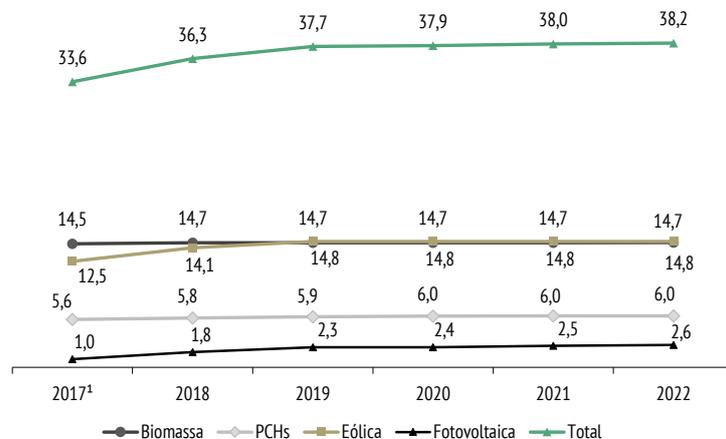
Previsão da Capacidade Instalada* (GW) Cenário Conservador



Fonte:
Elaboração própria com dados da Aneel.

Notas:
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2017.
² UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.
³ PCHs, UTEs movidas a biomassa, eólicas e fotovoltaicas.
* Excluídas as Centrais Nucleares.

**Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW)
Cenário Conservador**



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2017.

A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2018, é superior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 3,35% e 2,6%.

Entre 2018 e 2022, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 8,2% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento da geração térmica (UTES), também no cenário conservador, deve ser de 4,8% no mesmo período. Em dezembro de 2017, a participação das UHEs foi de 57% na matriz elétrica nacional (desconsiderando as centrais nucleares) e deve permanecer no mesmo patamar até 2022. A participação na capacidade total instalada das UTES foi de 24% em 2017 e deve se manter no mesmo patamar até 2022.

A participação das usinas térmicas a biomassa deve se manter em 8% e a participação das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve se manter em 3% até 2022. A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas (EOL) na capacidade total instalada, em 2022, passará de 7% para 8%, enquanto as usinas solares fotovoltaicas representaram 1% e deve manter o mesmo valor até 2022.

1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

A previsão otimista prevê a entrada em operação de 7,3 mil MW de UHEs até 2022 e a previsão conservadora prevê uma entrada de 7,2 mil MW para o mesmo período. Em outras palavras, cerca de 99% da potência prevista não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

Em relação às termelétricas, prevê-se a entrada em operação no cenário otimista de 4,3 mil MW até 2022. Cerca de 47% dos empreendimentos não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 369 MW de potência adicional até 2022. Já no cenário otimista, até 2022, devem entrar em operação um total de 1,4 mil MW. As usinas à biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 122 MW até 2022. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 557 MW para o mesmo período.

Apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação de eólicas no cenário otimista de 3,3 mil MW, apenas 57% da potência (1,9 mil MW) não apresenta restrições para entrada em operação até 2022. Até 2022, as usinas solares fotovoltaicas têm previsão otimista de entrada em operação 1,4 mil MW e 793 MW para o cenário conservador.

A usina hidrelétrica de Ituango, localizada no Rio Cauca, no Departamento de Antioquia, na Colômbia, dista cerca de 180 km da cidade de Medellín. A capacidade da usina monta a 2.400 MW. Será a maior hidrelétrica do País. A obra consiste numa barragem de 225 metros de altura e uma central subterrânea com oito unidades geradoras capaz de produzir 13.930 GWh por ano. A geração da usina poderá atender a 17% da demanda de eletricidade do País. Dois túneis de desvio construídos na margem direita do Cauca teriam de garantir condições para a implantação do empreendimento.

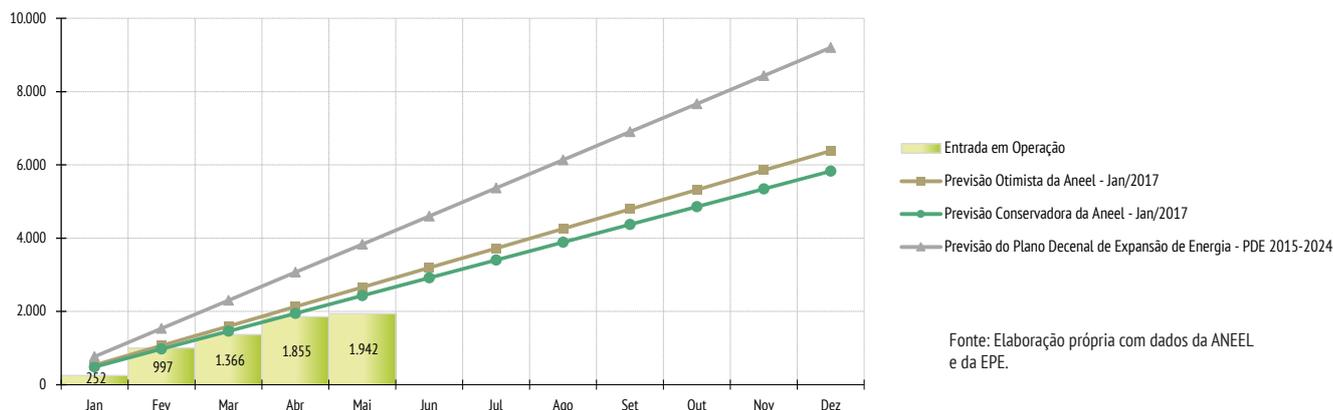
Com obras iniciadas em 2010 e previsão de custo de US\$ 3 bilhões, a usina enfrenta sérias dificuldades por força de um deslizamento de terra que bloqueou os túneis de desvio e elevou o nível d'água do reservatório ainda inconcluso. Frente à iminência de ter a barragem galgada e destruída pela força das águas, permitiu-se que a sala de máquinas fosse usada como conduto de desagüe, arrastando equipamentos rio abaixo. Cerca de 8 mil pessoas foram evacuadas dos povoados no vale. O acidente se agravou quando a casa de força sofreu colapso interno com novos bloqueios do defluxo. Poderia ocorrer aumento descontrolado da vazão a jusante caso a instalação fosse obstruída completamente. A região se achava em situação de alerta máximo e as chuvas locais complicavam as intervenções de urgência. O trabalho com afinco dos dias e noites seguintes na elevação da quota salvou a barragem.

Atribuiu-se à ocorrência a uma condição geológica imprevisível. Porém, o País está localizado sobre o chamado cinturão de fogo, zona do Planeta que se caracteriza por intensa atividade sísmica. Como adverte o Boletín de Sismos, de dezembro de 2017, da Red Sismológica Nacional de Colômbia, essa atividade está associada em princípio ao choque de três placas tectônicas: a Placa de Nazca, a do Caribe e a Placa da América do Sul. Foi esse choque que deu origem ao levantamento do atual sistema de cordilheiras e que explica os sismos por subducção, processo no qual uma placa desliza sobre a outra. Essas placas convergem a diferentes velocidades. A Placa de Nazca choca contra a Placa da América do Sul à velocidade de 7 cm por ano, enquanto a Placa do Caribe colide com a Placa Sul Americana à velocidade de 1,5 cm por ano. Além disso, há sismos locais provocados por falhas nos vales andinos. As falhas são fraturas da crosta terrestre causadoras dessas ocorrências. Escusado sublinhar que dada a complexidade dos fenômenos sísmicos não é possível prever eventos desse tipo. De todo modo, distribuindo-se o País em borda de placas, em região geologicamente muito ativa, pode-se esperar elevada frequência de movimentos telúricos. Como exemplo, durante o mês de janeiro de 2018 foram registrados 72 sismos com liberação de $2,39 \times 10^{13}$ Ergs. Claro está que tais condições propiciam deslizamentos de terra como o causador do evento.

11.3. Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

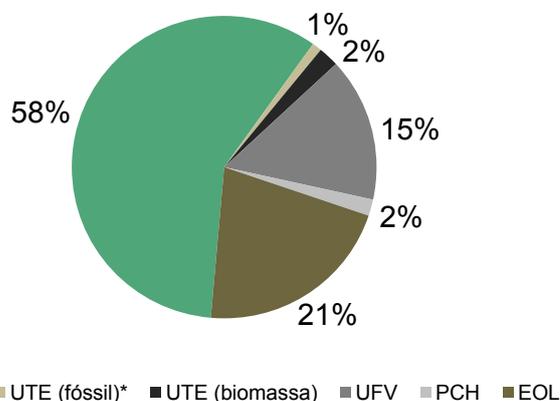
**Expansão da Capacidade de Geração em 2018 (MW)
De 1º de janeiro a 15 de maio de 2018**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.

Em 2018, até 15 de maio, entraram em operação 1.942 MW. Desse total, as UHEs representaram 58% da potência total que entrou em operação totalizando 1.136 MW. As EOLs representaram 21%, totalizando 411,6 MW. As UFVs representaram 15% (298,2MW), as PCHs apenas 2% (34 MW), enquanto Biomassa representou 2% e UTE fósseis 1% da potência total instalada.

**Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%)
De 1º de janeiro a 15 de maio de 2018**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.
* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em abril de 2018, 40.605 GWh, apresentando valor 4% superior ao observado em abril de 2017.

O consumo industrial de energia elétrica foi de 14.538 GWh, valor 5% superior ao observado no mesmo mês de 2017. O consumo industrial de energia elétrica representou 36% do total de energia elétrica consumida em abril de 2017.

Apesar da elevada ociosidade do parque produtivo (em torno de 24%) e da queda do Indicador de Confiança das Indústrias em abril, outros indicadores sinalizaram uma relativa melhora do quadro da classe industrial no mês, tais como a criação de cerca de 24,1 mil vagas formais de trabalho na indústria da transformação no período, o progresso de 8,9% nas vendas de cimento no mês, o avanço de +37,3% na produção de motocicletas em abril, o aumento de 4,0% nas vendas do varejo de materiais de construção no mês e a variação do acumulado dos últimos 12 meses da demanda por crédito das indústrias, que atingiu +0,9% em abril, primeiro valor positivo desde fev/2015.

Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

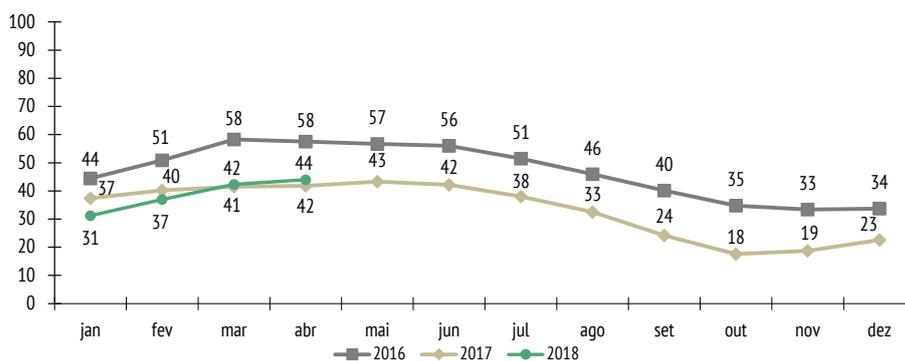
Classe	Abril	Abril	Var. %	Jan-Abr	Jan-Abr	Var. %
	2017	2018		2017	2018	
Residencial	11.211	11.781	5	46.428	46.961	1
Industrial	13.900	14.538	5	54.343	56.003	3
Comercial	7.685	7.928	3	31.084	30.999	0
Outras	6.371	6.358	0	25.625	25.390	-1
Total	39.167	40.605	4	157.480	159.353	1

Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

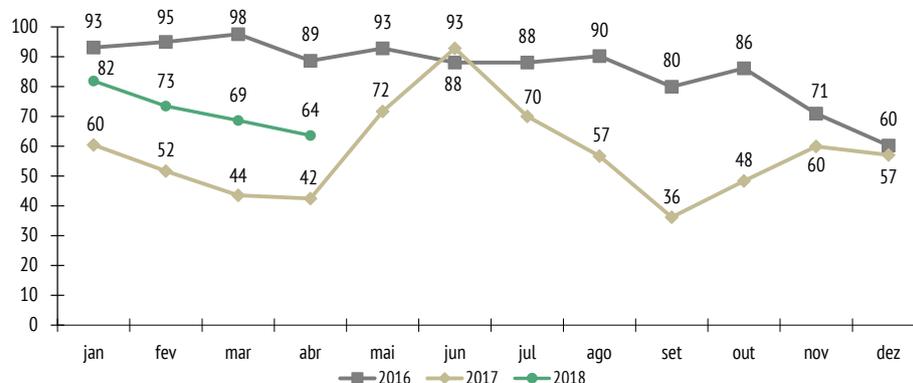
1.3. Energia Armazenada Verificada (ONS)

Em abril de 2018, todas as regiões apresentaram energia armazenada acima do valor do mesmo mês do ano anterior. A região Sul apresentou energia armazenada 22 pontos percentuais superior à apresentada em abril de 2017, porém 5 pontos abaixo do mês anterior. Em abril de 2018, a região Norte apresentou energia armazenada 3 pontos percentuais superior à verificada no mesmo mês de 2017. A região Nordeste apresentou alta em relação ao mês anterior, tendo a energia armazenada verificada de 41% em abril de 2018, 23 pontos superior em relação à verificada em fevereiro de 2018.

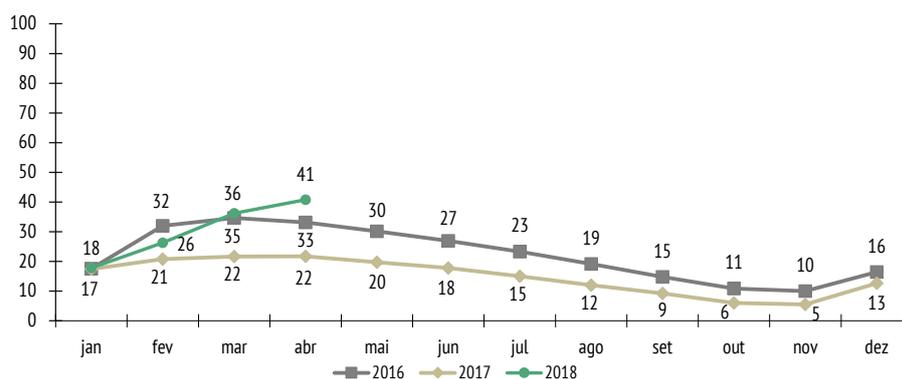
**Energia Armazenada Verificada
Sudeste e Centro-Oeste (%)**



**Energia Armazenada Verificada
Sul (%)**

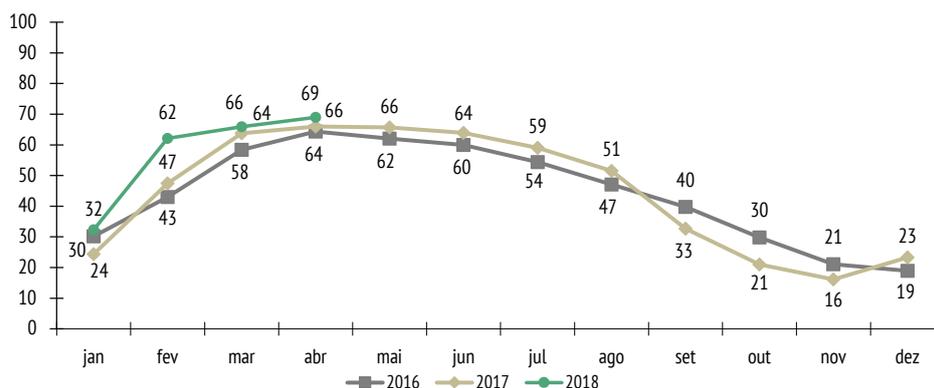


**Energia Armazenada Verificada
Nordeste (%)**



Energia Armazenada Verificada Norte (%)

Fonte: Elaboração própria com dados do ONS.



1.4. Preço de Liquidação das Diferenças (CCEE)

O Preço de Liquidação das Diferenças - PLD é utilizado para valorar a compra e a venda de energia no mercado de curto prazo. O PLD é um valor determinado semanalmente para cada patamar de carga com base no custo marginal de operação, limitado por um preço máximo e mínimo vigentes para cada período de apuração e para cada submercado. Os intervalos de duração de cada patamar são determinados para cada mês de apuração pelo ONS e informados à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para que sejam considerados no sistema de contabilização e liquidação. Em 2018, o PLD mínimo e máximo são, respectivamente, R\$ 40,16 e R\$ 505,18/MWh.

Na quarta semana de abril de 2018, o PLD atingiu R\$ 138,72 para carga média e pesada e R\$ 131,04 para carga leve para as regiões Sudeste, Centro-Oeste, Sul e Nordeste. A região Norte atingiu R\$ 40,16 para todas as cargas. Todas regiões atingiram valor abaixo do determinado para 2018.

Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh) Semana 4 – Abril 2018 (Período: 21/04/2018 a 27/04/2018)

Carga	Sudeste/Centro-Oeste	Sul	Nordeste	Norte
Pesada	138,72	138,72	138,72	40,16
Média	138,72	138,72	138,72	40,16
Leve	131,04	131,04	131,04	40,16

Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE

O cálculo da média mensal do PLD por submercado considera os preços semanais por patamar de carga leve, média e pesada, ponderado pelo número de horas em cada patamar e em cada semana do mês, para todas as Regiões. No mês de abril de 2018, as regiões Sudeste/Centro-Oeste e Sul apresentaram PLD médio de R\$ 109,71, a região Nordeste apresentou R\$ 108,64 e a região Norte R\$ 51,13. A maior variação positiva verificada é da região norte, 52% superior relação a 2017. A região Nordeste apresentou um PLD médio 71% inferior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh) Mensal

Região	Abril	Abril	Variação (%)
	2017	2018	
Sudeste/Centro-Oeste	371,47	109,71	-70
Sul	371,47	109,71	-70
Nordeste	372,41	108,64	-71
Norte	33,68	51,13	52

Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE

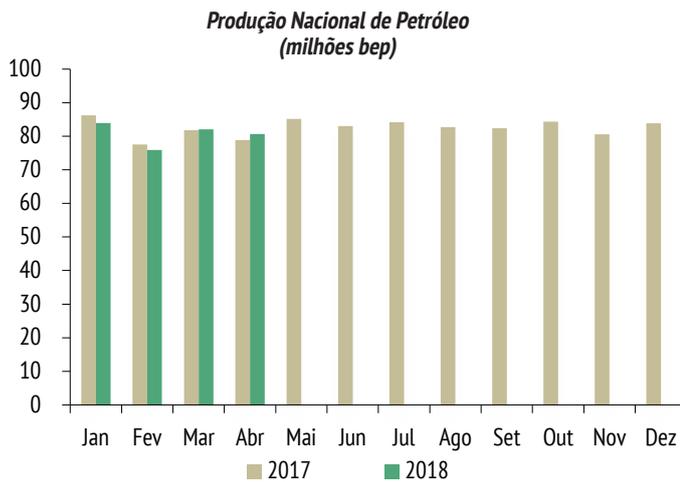
2. PETRÓLEO

2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

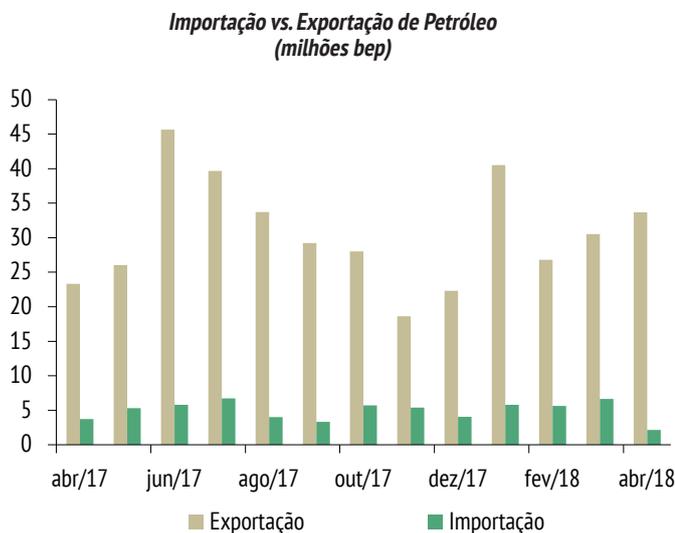
A produção nacional de petróleo, no mês de abril de 2018, foi de 80,6 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), volume 2,3% superior ao produzido no mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, a produção foi 1% inferior ao ano anterior.

O grau API (escala que mede a densidade dos líquidos derivados do petróleo) médio do petróleo produzido em abril de 2018 foi de 27,2°, sendo que 39,6% da produção foi considerada óleo leve (maior ou igual a 31°API), 46,3% foi considerada óleo médio (entre 22°API e 31°API) e 14,1% foi considerado óleo pesado (menor que 22°API).

O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em abril de 2018, foi de 54,7 milhões bep. Esse volume foi 0,6% superior ao observado em abril de 2017. No acumulado do ano, o volume de processamento foi 5% inferior.

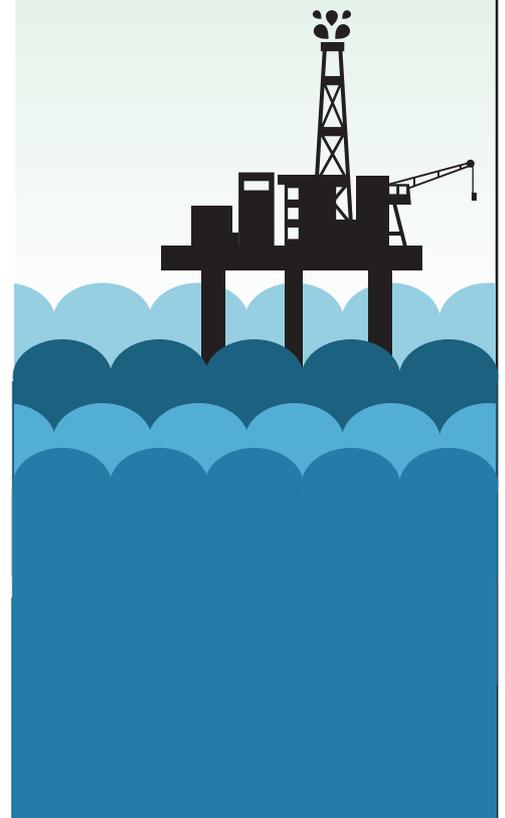


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

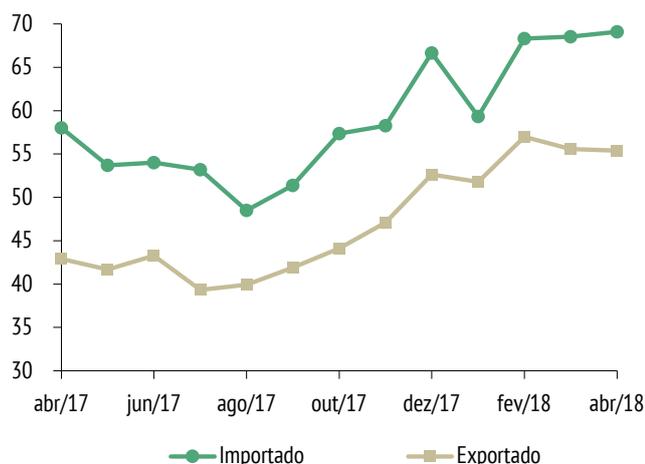


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

De acordo com a ANP, em abril de 2018, cerca de 95,6% da produção de petróleo do Brasil foi extraída de campos marítimos.



**Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado
(US\$ FOB/barril)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

O volume de petróleo exportado pelo País, em abril de 2018, foi de 33,7 milhões de bep, volume 44,5% superior ao exportado em abril de 2017. No acumulado do ano, o volume de petróleo exportado foi 6% inferior ao observado no mesmo período de 2017.

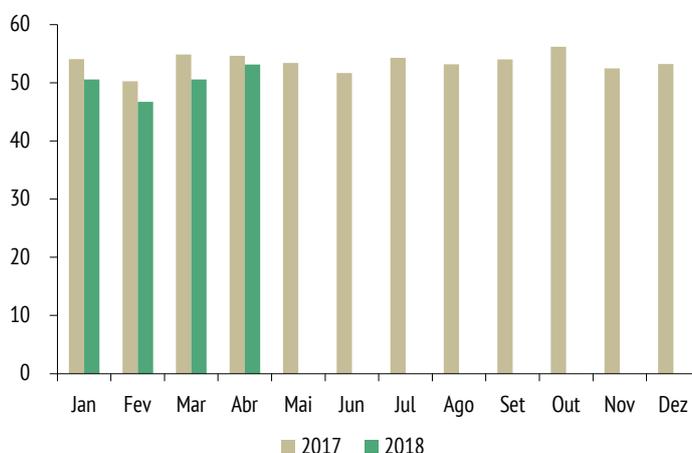
O preço médio do petróleo importado pelo País, em abril de 2018, foi de US\$ 69,11/barril, valor 19,1% superior ao observado em abril de 2017.

2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

Em abril de 2018, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 53,1 milhões bep (1 bep equivale a 0,16 m³), volume 2,8% inferior ao produzido em abril de 2017. No acumulado do ano, a produção nacional de derivados foi 6% inferior ao mesmo período do ano passado.

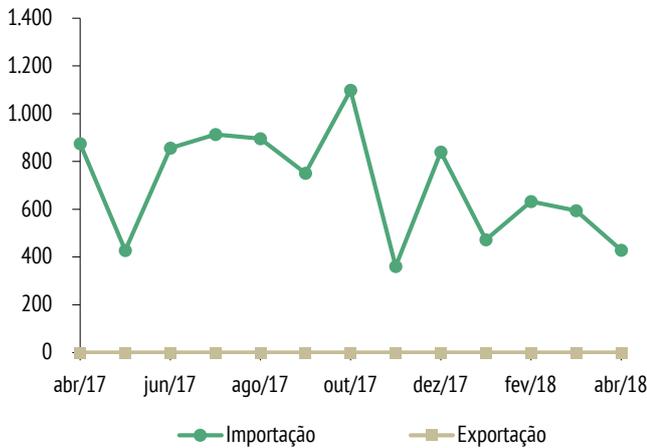
A importação de derivados de petróleo, em abril de 2018 foi de 15,3 milhões bep, valor 1,2% inferior ao registrado em abril do ano anterior. No acumulado do ano, a importação observada foi 4% inferior ao mesmo período do ano passado.

**Produção de Derivados de Petróleo
(milhões bep)**



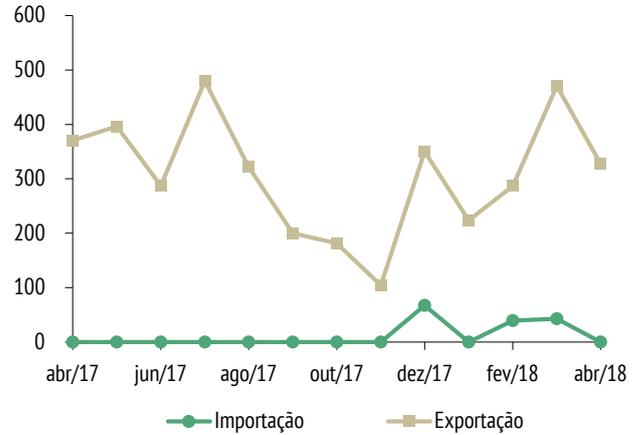
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Nafta
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

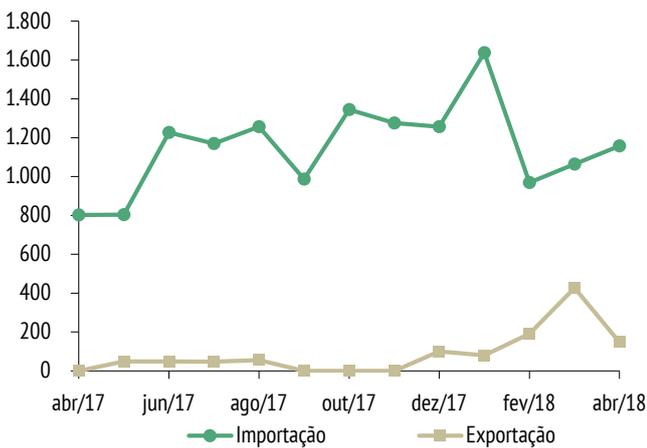
Importação e Exportação de Óleo Combustível
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

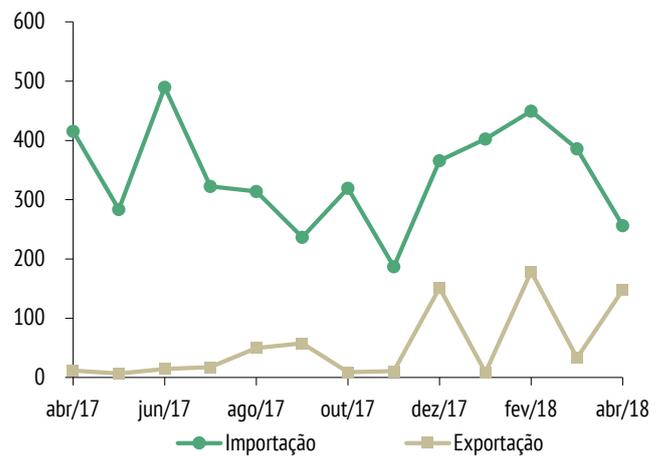
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em abril de 2018, foi constatado um total de 7,9 milhões bep, o que representa um volume 19,4% superior ao observado no mesmo mês de 2017. No acumulado do ano, a exportação foi 4% superior.

Importação e Exportação de Óleo Diesel
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Gasolina
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.3. Dependência Externa de Petróleo e Derivados (ANP).

Em abril de 2018, o Brasil registrou uma dependência externa negativa de 18% na balança comercial de petróleo e derivados. A importação de petróleo e derivados foi 12 milhões bep inferior à exportação de petróleo e derivados frente a um consumo aparente de 67 milhões de bep. Em abril de 2017, a dependência externa foi negativa em 21%. No acumulado do ano de 2018, foi observada uma dependência negativa de 37%.

Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	Abril/2017	Jan-Abr/2017	Abril/2018	Jan-Abr/2018
Produção de Petróleo (a)	71	289	79	324
Imp. Líq. de Petróleo (b)	-21	-75	-20	-126
Imp. Líq. de Derivados (c)	9	42	7	38
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	59	256	67	236
Dependência Externa (e)=(d-a)	-13	-33	-12	-88
Dependência Externa (e)/(d)	-21%	-13%	-18%	-37%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.4. Balança Comercial de Petróleo e Derivados (ANP).

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em abril de 2018, apresentou saldo positivo de US\$ 230 milhões FOB. Ou seja, o Brasil exportou US\$ 230 milhões FOB mais do que importou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo foi negativo de US\$ 87 milhões FOB. No acumulado do ano, a balança comercial de petróleo e derivados apresentou saldo positivo de US\$ 2.656 milhões FOB.

Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

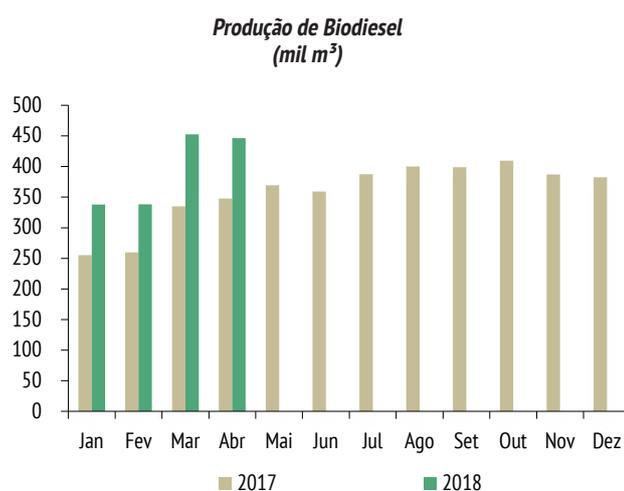
	Abril/2017	Jan-Abr/2017	Abril/2018	Jan-Abr/2018
Petróleo				
Receita com exportação (a)	701	2.536	1.000	6.149
Dispêndio com importação (b)	192	1.078	217	732
Balança Comercial (c)=(a-b)	509	1.458	783	5.417
Derivados				
Receita com exportação (d)	364	1.725	557	2.226
Dispêndio com importação (e)	960	4.358	1.110	4.988
Balança Comercial (f)=(d-e)	-596	-2.633	-552	-2.761
Petróleo e Derivados				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	1.065	4.260	1.557	8.375
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	1.153	5.435	1.327	5.719
Balança Total (i)=(g)-(h)	-87	-1.175	230	2.656

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

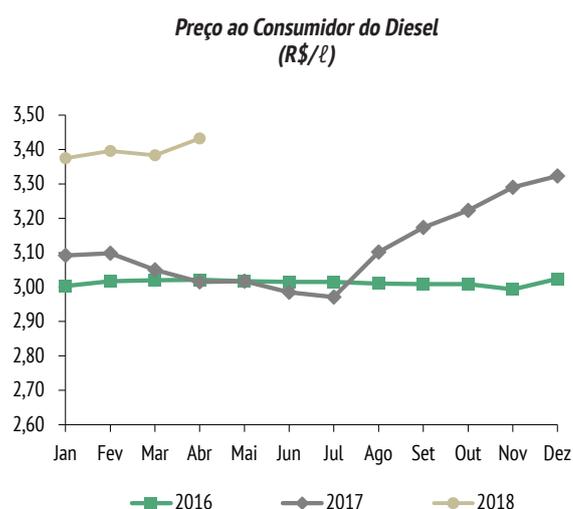
3. BIOCOMBUSTÍVEIS

3.1. Produção de Biodiesel (ANP)

A produção nacional de biodiesel, em abril de 2018, foi de 446 mil m³, montante 28,4% superior ao produzido em abril de 2017. No acumulado do ano, a produção de biodiesel foi 31% superior. O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em abril de 2018, foi de R\$ 3,432/ℓ, valor 13,8% superior ao observado em abril de 2017.



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

3.2. Álcool

3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2017/2018 produziu, até o dia 30 de abril de 2018, 27,8 milhões de m³ de álcool, sendo 16,7 milhões de m³ referentes à produção de álcool etílico hidratado (60%). A produção total de álcool manteve o mesmo valor em relação ao mesmo período da safra anterior.

A produção de açúcar se manteve em crescimento em relação ao mês anterior, até 30 de abril, produziu-se 37,9 milhões de toneladas de açúcar, volume 2% inferior ao observado no mesmo período da safra 2016/2017.

A nova safra 2018/2019, produziu, até 30 de abril de 2018, 2,7 milhões de m³ de álcool, volume 59% superior ao produzido no começo da safra 2018/2017. Já a produção de açúcar teve um aumento significativo de 17% em relação à safra anterior, totalizando 2,1 milhões de toneladas.

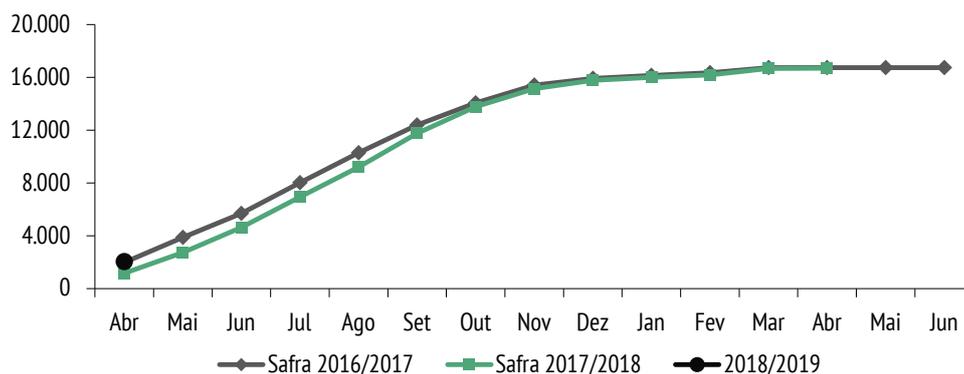
As safras se iniciam em abril e se encerram em junho do ano posterior. Assim, durante 3 meses se observam duas safras paralelas nos diferentes estados brasileiros.

Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2016/2017 (até 30 de abril de 2017)	Safra 2017/2018 (até 30 de abril de 2018)	Variação (%)
Álcool Anidro (mil m ³)	11.075	11.087	0
Álcool Hidratado (mil m ³)	16.735	16.691	0
Total Álcool (mil m³)	27.810	27.778	0
Açúcar (mil ton)	38.772	37.889	-2

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

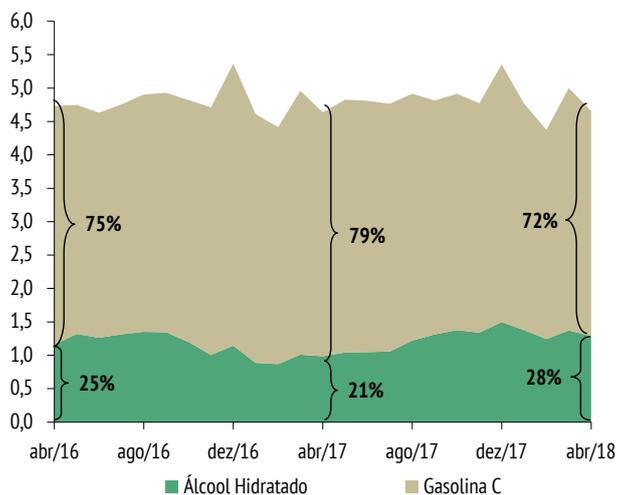
3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

As vendas de álcool etílico hidratado foram de 1,3 milhões m³ em abril de 2018. Esse número representa um aumento de 30,6% em relação ao volume vendido em abril do ano anterior.

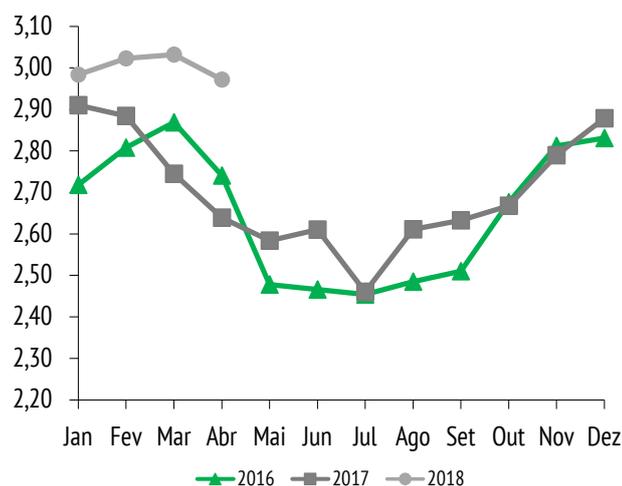
As vendas de álcool etílico hidratado representaram 28% do universo de vendas do álcool e da gasolina em abril de 2018. Essa participação foi 7% superior ao observado em abril de 2017.

Em abril de 2018, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 2,972/ℓ, valor 12,6% superior ao registrado no mesmo período de 2017.

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C¹ (milhão m³)



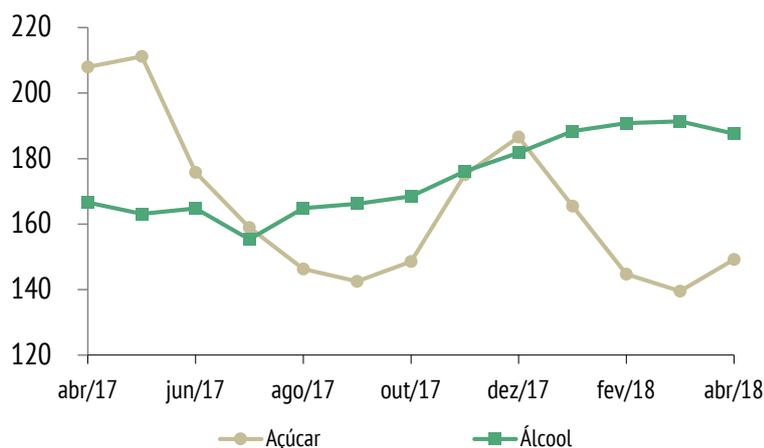
Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado (R\$/ℓ)



¹Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Índice de Preço do Açúcar* e do Álcool Etílico Hidratado
(JAN/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.

4. GÁS NATURAL

4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional diária média de gás natural, em abril de 2018, foi de 102,6 milhões m³, representando um aumento de 7% comparado à média verificada em abril de 2017.

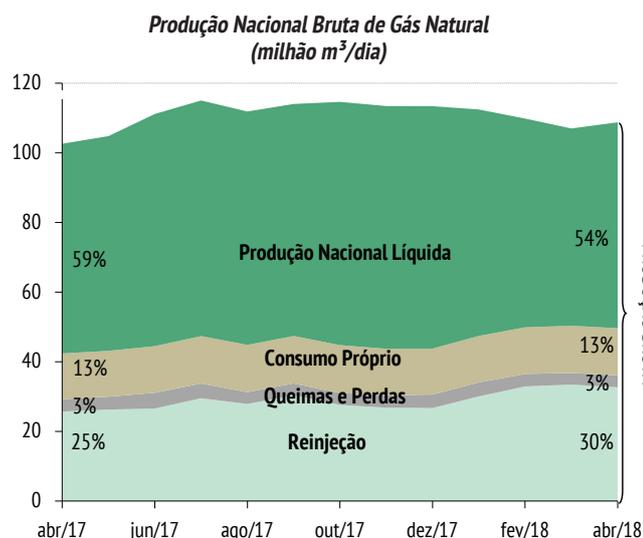
A importação de gás natural realizada pelo País, em abril de 2018, foi de 30,2 milhões m³/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 90,4 milhões m³/dia. Este montante é 16% inferior ao observado em abril de 2017.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 41% em abril de 2018. Em abril de 2017, essa proporção havia sido de 46%.

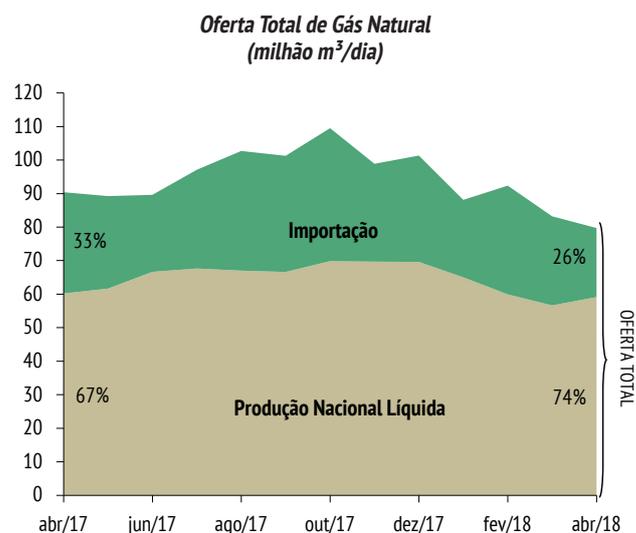
Balanço do Gás Natural no Brasil (mil m³/dia)

	Média em Abril/2017	Média do período Jan-Abr/2017	Média em Abril/2018	Média do período Jan-Abr/2018	Varição (%)
Produção Nacional¹	95.772	96.140	102.581	105.126	7%
- Reinjeção	27.462	29.161	25.677	27.389	-6%
- Queimas e Perdas	4.001	4.199	3.553	3.815	-11%
- Consumo Próprio	12.580	12.421	13.137	13.399	4%
= Produção Nac. Líquida	51.730	50.359	60.214	60.524	16%
+ Importação	55.567	47.538	30.186	24.537	-46%
= Oferta	107.296	97.898	90.400	85.061	-16%

¹ Não inclui Gás Natural Liquefeito.
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

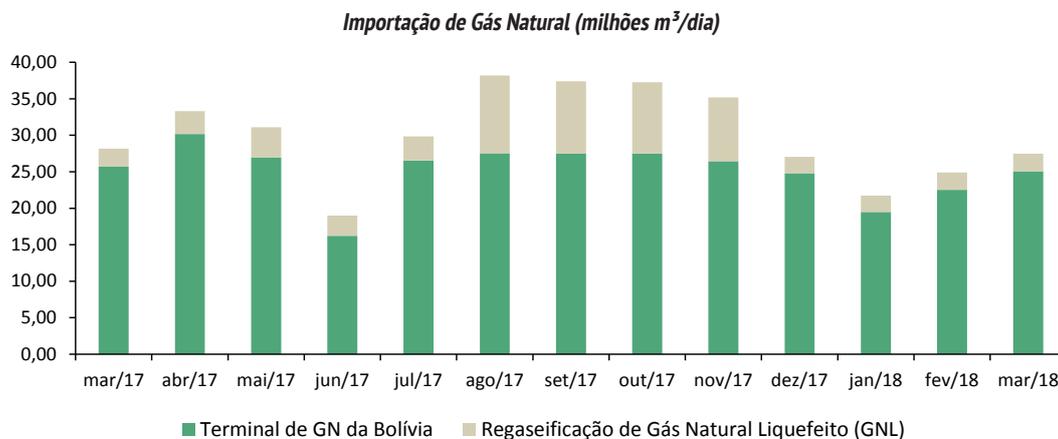


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

4.2. Importação Média de Gás Natural (MME)

A importação média de Gás Natural da Bolívia, em março de 2018, foi de 25,06 milhões de m³/dia, volume 2% inferior ao observado no mesmo mês de 2017.

Em março de 2018, a importação média de Gás Natural Liquefeito (GNL) totalizou 2,4 milhões m³/dia, volume 1% inferior ao montante observado no mesmo mês do ano anterior.



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia.

4.3. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo de gás natural no país em abril de 2018 foi, em média, cerca de 57,2 milhões de m³/dia. Essa média é 8% inferior ao volume médio diário consumido em abril de 2017.

O setor industrial, em abril de 2018, consumiu cerca de 28,1 milhões de m³/dia de gás natural, volume 4% superior ao apresentado no mesmo mês do ano anterior.

Consumo de Gás Natural por Segmento

	Médio (mil m ³ /dia)		Variação %	
	Abril/2017	Abril/2018	Abr-2018/Abr-2017	Acumulado no Ano
Industrial	27.053	28.106	4	6
Automotivo	5.210	5.871	13	9
Residencial	1.181	1.079	-9	11
Comercial	772	805	4	8
Geração Elétrica	23.014	17.075	-26	7
Co-geração*	2.551	2.560	0	15
Outros	2.187	1.699	-22	-51
Total	61.969	57.193	-8	4

*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

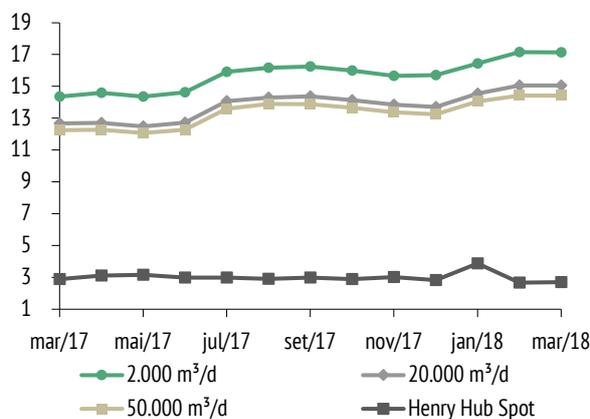
O setor industrial foi responsável por 49% do consumo de gás natural em abril de 2018. A geração elétrica foi o segundo maior setor em consumo, responsável por 30% do volume total de gás consumido no mesmo mês.

4.4. Preço do Gás Natural (MME)

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em março de 2018, foi de US\$ 15,5/MMBTU, valor 19% superior ao observado em março de 2017 (US\$ 13,1/MMBTU). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em março de 2018, o preço médio do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US\$ 2,69/MMBTU, valor 7% inferior ao apresentado em março de 2017 (US\$ 2,88/MMBTU). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega do dia seguinte.

Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial¹ e do Mercado Spot Henry Hub² (US\$/MMBTU)



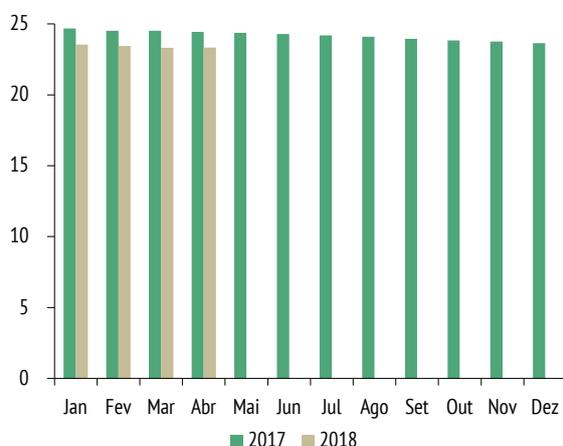
Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).
¹ Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.
² Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

5. TELECOMUNICAÇÕES

5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa (ANATEL)

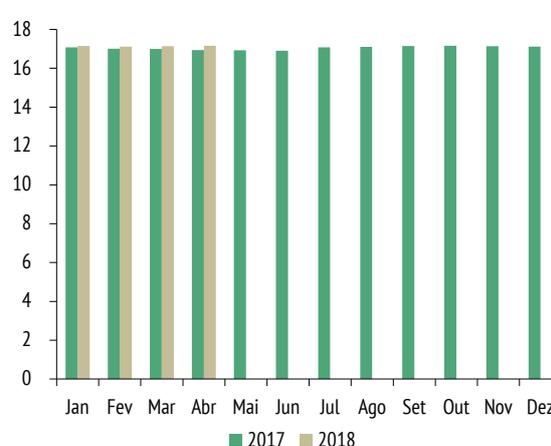
Os acessos fixos instalados são o conjunto formado pelo número total de acessos em serviço, inclusive os destinados ao uso coletivo, mais os acessos que, embora não ativados, disponham de todas as facilidades necessárias à entrada em serviço. O total de acessos fixos instalados em abril de 2018 foi de 17,2 milhões e tiveram um crescimento de 1,3% em relação ao registrado em abril de 2017. O total de acesso fixos em serviço reduziu para 23,3 milhões em abril de 2018, valor 5% inferior ao registrado em abril de 2017.

Acessos Fixos Em Serviço (milhões)



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

Acessos Fixos Instalados (milhões)

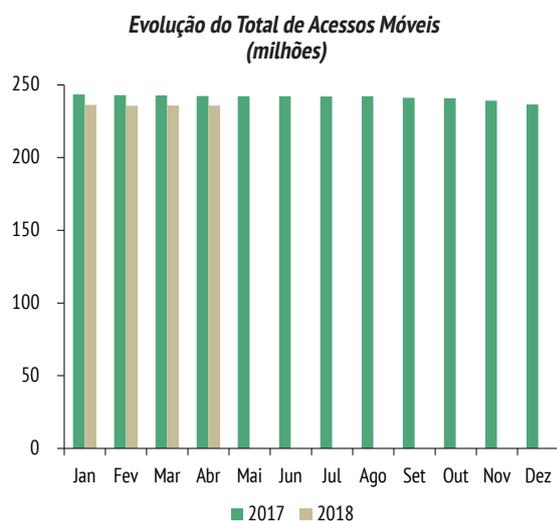


Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

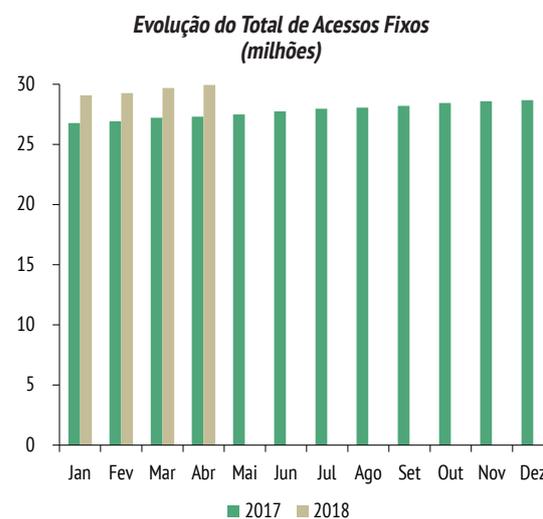
5.2. Serviços Contratados Ativos de Internet Móvel e Fixa (ANATEL)

O número total de acessos via telefonia móvel em abril de 2018 foi de 235,7 milhões, montante 3% inferior ao observado no mesmo período de 2017.

Os acessos totais de internet fixa tiveram um crescimento de 10% se compararmos com os valores de abril de 2017. Em abril de 2018 tivemos aproximadamente 29,9 milhões de acessos fixos enquanto que no mesmo período do ano anterior esse valor foi de 27,3 milhões.



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

6. TRANSPORTES

6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Em abril de 2018, a movimentação de granel sólido nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) foi 5% superior em relação a abril de 2017. A movimentação de granel líquido foi 7% superior ao movimentado no mesmo mês do ano anterior, enquanto a carga geral apresentou um valor 9% superior ao de 2017. Os TUPs representaram 69% da movimentação total de carga nos portos e terminais em abril de 2018. A movimentação total nos TUPs foi de 56.028 mil toneladas, volume 4% superior ao observado em abril de 2017. Os portos públicos movimentaram 25.081 mil toneladas, volume 8% superior em comparação com mesmo mês do ano anterior.

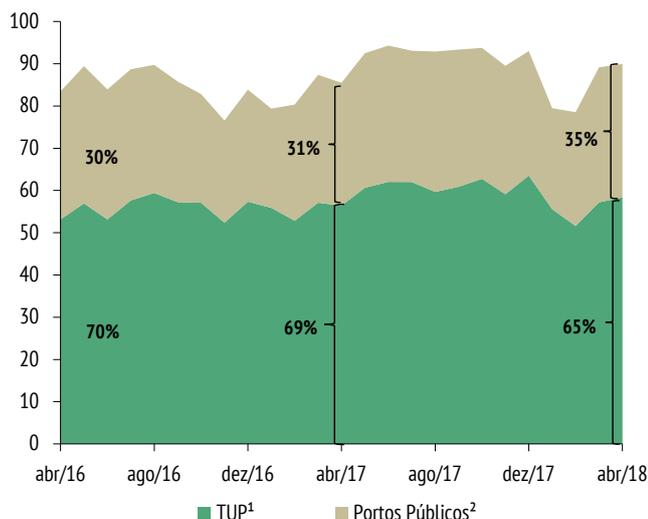
A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do País, em abril de 2018, foi de 784 mil TEUs (twenty-foot equivalent unit), volume 6% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Movimentação Total de Cargas - por natureza* (mil t)

	Período		Variação %
	Abr/2017	Abr/2018	Abr-2018 / Abr-2017
Granel Sólido (a)	55.093	57.663	5%
Portos Públicos	17.764	19.385	9%
TUPs	37.329	38.278	3%
Granel Líquido (b)	17.639	18.880	7%
Portos Públicos	4.048	4.391	8%
TUPs	13.591	14.489	7%
Carga Geral Solta (c)	4.196	4.566	9%
Portos Públicos	1.376	1.304	-5%
TUPs	2.820	3.261	16%
Total (a+b+c)	76.927	81.109	5%
Portos Públicos	23.188	25.081	8%
TUPs	53.740	56.028	4%

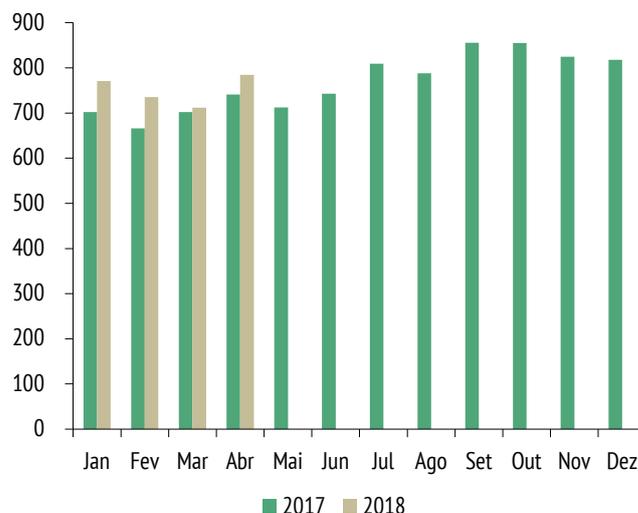
Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.
* Terminais de uso privativo (114 instalações).
Portos públicos (33 instalações).

**Movimentação Total de Cargas
(milhões t)**



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.
*Terminais de uso privativo (114 instalações).
Portos públicos (33 instalações).

**Movimentação Total de Contêineres*
(mil TEUs)**



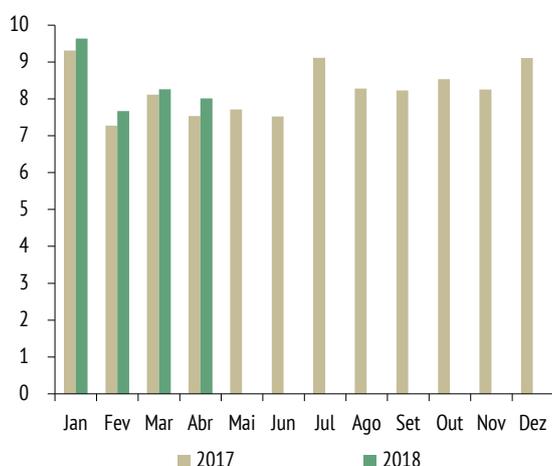
Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.
*Terminais de uso privativo (114 instalações).
Portos públicos (33 instalações).

6.2. Transporte Aéreo (ANAC)

A movimentação de passageiros pagos em abril de 2018, somando mercado nacional e internacional, foi de 8 milhões de passageiros, valor 6,3% superior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. Os passageiros nacionais representam 91% da movimentação total de abril de 2018.

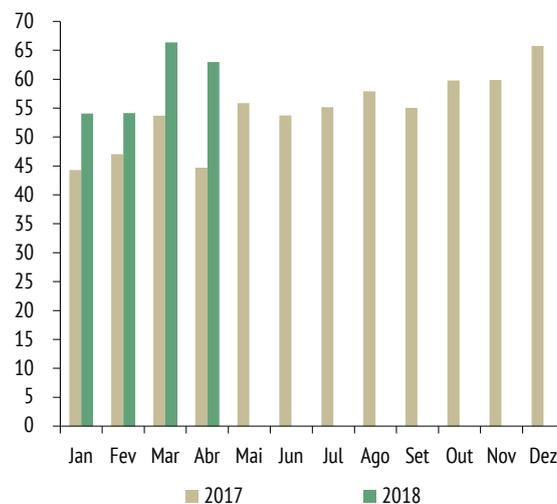
A movimentação de carga aérea total no País em abril de 2018, somando mercado nacional e internacional, foi de 62,9 mil toneladas, montante 28,9% inferior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. A carga doméstica respondeu por 61% do total de cargas movimentado no período.

**Movimentação mensal de Passageiros
(milhões)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC.

**Movimentação mensal de Cargas
(mil t)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC.

6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, em abril de 2018, foi de 44 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 7% superior ao observado no mesmo período de 2017. A Soja e Farelo de Soja foi a que apresentou maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias (21%) enquanto que a Carga Geral – Não Containerizada apresentou maior retração (-33%). O minério de ferro correspondeu a 75% do total movimentado em abril de 2018.

Movimentação de Mercadoria nas Ferrovias

Ano	2017	2018	Variação (%)
	Mercadoria		
	Abril (mil TU)	Abril (mil TU)	Abr-18 / Abr-17
Minério de Ferro	31.411	33.234	6
Soja e Farelo de Soja	4.513	5.442	21
Indústria Siderúrgica	1.142	1.281	12
Carvão/Coque	845	824	-2
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	665	675	1
Produção Agrícola (exceto soja)	762	581	-24
Extração Vegetal e Celulose	499	581	16
Grãos Minerais	477	503	5
Container	305	350	15
Adubos e Fertilizantes	268	212	-21
Cimento	193	203	5
Indústria Cimenteira e Construção Civil	124	140	13
Carga Geral - Não Contein.	4	2	-33
Total	41.208	44.028	7

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT.

6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em abril de 2018, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 64,1 milhões de toneladas, volume 7% superior ao averiguado em abril de 2017. As exportações totalizaram 52,5 milhões de toneladas, 82% do total.

Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t		Variação (%)	
	Abr/2017	Abr/2018	Abr-2018 / Abr-2017	Acumulado do ano
Marítimo	56.610	60.942	8	-2
Fluvial	1.439	1.180	-18	-5
Aéreo	85	98	16	7
Ferroviário	18	17	-6	-17
Rodoviário	804	953	19	-2
Outros*	734	860	17	30
Total	59.690	64.050	7	-2

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

*Linha de transmissão, tudo-conduto, postal, próprio, lacustre.

7. INVESTIMENTOS PRIVADOS EM INFRAESTRUTURA

7.1. Desembolsos do BNDES

Até o fechamento desta edição, o BNDES não havia atualizado os dados sobre desembolsos. Seguem as últimas informações disponíveis. Em março de 2018, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 1.255 milhões, valor 20% inferior ao aportado em março de 2017.

Ao longo de 2018, o BNDES desembolsou R\$ 3,3 bilhões em infraestrutura, volume 87% inferior ao desembolsado em 2017 (R\$ 24,4 bilhões). O setor com maior queda foi o de telecomunicações com queda no investimento de 99% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Desembolso mensal BNDES

Setor	Março/2017 R\$ milhão	Março/2018 R\$ milhão	Variação (%)	Participação (%)
Refino e Álcool	114	47	-59	4
Energia Elétrica e Gás Natural	272	559	105	45
Saneamento	186	104	-44	8
Telecomunicações	568	6	-99	0
Transporte	436	540	24	43
Aéreo	0	0	-100	-
Aquaviário	69	44	-37	3
Terrestre	367	496	35	40
Total Infraestrutura	1.577	1.255	-20	100

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

8. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA UNIÃO (SIAFI)

8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada registrada no SIAFI para o Orçamento da União de 2018 é de, aproximadamente, R\$ 3,5 trilhões. Deste valor, aproximadamente R\$ 43,2 bilhões corresponderam à alínea “investimentos”, o que representa 1,2% do orçamento total de 2018.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto, R\$ 9,7 bilhões o que representa 22,4% da dotação total do órgão.

Do orçamento de investimentos da União para 2018, foram empenhados R\$ 18,7 bilhões, cerca de 43% da dotação autorizada até maio. No mesmo período foram liquidados R\$ 58 milhões. Foram pagos do orçamento aproximadamente R\$ 2,2 bilhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 12,4 bilhões.

8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 9,7 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2018, foram empenhados, até maio, cerca de R\$ 5,4 bilhões (56% da dotação autorizada) e liquidados R\$ 911 milhões. Até maio de 2018, foram pagos do orçamento cerca R\$ 850 milhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, somam R\$ 2,9 bilhões.

Cerca de 80% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 7,7 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 739 milhões, ou 8%), portuário (R\$ 380 milhões), aeroportuário (R\$ 299 milhões), hidroviário (R\$ 241 milhões) e outros (R\$ 298 milhões).

8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2018, cerca de R\$ 156 milhões em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 3,7 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 7,4 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 60,7 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2018.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 29% foram pagos em 2018 (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 16% do total de restos a pagar inscritos.

9. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DAS ESTATAIS (MPOG) (TABELA IV)

Até o 2º bimestre de 2018, as empresas estatais e agências de fomento apresentaram dotação autorizada para investimentos no valor de R\$ 68,8 bilhões. Foram executados, até abril, investimentos no valor de R\$ 19,9 bilhões, equivalente a 29% da dotação autorizada. Esse valor foi 41% superior ao desembolsado em 2017.

Em relação às Estatais vinculadas ao Ministério de Minas e Energia, a dotação de investimentos para 2018 foi de, aproximadamente, R\$ 59,9 bilhões. As despesas totais realizadas, de janeiro a abril de 2018, foram de cerca de R\$ 19 bilhões, o que representa uma execução de 32% do autorizado e 95% do total executado pelas Estatais.

Entre as empresas estatais, o Grupo Petrobras concentrou 76% da dotação autorizada para as Estatais em 2018 e respondeu por 91% da despesa realizada até abril de 2018 com um total de R\$ 18,2 bilhões (execução de 35% de sua dotação).

ANEXOS

Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2018
Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 31/05/2018

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	763	71	9	9	1	9	1	142	151	593
MAPA	1.079	27	3	0	0	0	0	269	270	905
MCTI	563	170	30	65	12	32	6	105	137	378
MDIC	74	10	13	0	1	0	1	16	16	186
MME	76	9	11	2	3	2	2	13	14	30
M. Transportes	9.660	5.429	56	911	9	850	9	2.147	2.997	5.271
M. Comunicações	0	0	0	0	0	0	0	4	4	52
MMA	57	16	27	1	1	0	0	28	28	105
MDA	0	0	0	0	0	0	0	9	9	51
M. Defesa	7.389	5.224	71	608	8	580	8	1.166	1.746	2.519
M. Int. Nacional	4.109	1.497	36	184	4	170	4	759	929	5.572
M. das Cidades	3.953	2.284	58	162	4	162	4	516	678	10.905
Outros**	15.432	3.987	26	2.320	15	365	2	5.079	5.444	26.057
Total	43.156	18.724	43	58	0	2.169	5	10.253	12.422	52.624

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

** Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes - OGU 2018
Investimentos - Por Modalidade

Valores em final de período - atualizados até 31/05/2018

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Aeroportuário	299	15	5	0	0	0	0	19	19	252
Ferrovário	739	302	41	22	3	22	3	134	156	393
Hidroviário	241	71	30	2	1	1	1	36	38	221
Portuário	380	212	56	0	0	0	0	132	132	471
Rodoviário	7.704	4.654	60	848	11	794	10	1.700	2.494	3.664
Outros	298	176	59	39	13	32	11	125	157	270
Total	9.660	5.429	56	911	9	850	9	2.147	2.997	5.271

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2018

Restos a Pagar Processados

Valores em final de período - atualizados até 31/05/2018 R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	156	0	73	83
União	3.662	245	746	2.671

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.
* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Restos a Pagar Não-processados

Valores em final de período - atualizados até 31/05/2018 R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	7.370	107	2.074	5.188
União	60.716	1.255	9.507	49.953

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.
* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

**Tabela IV - Orçamento de Investimentos – 2018
Estatais e Agências de Fomento**

R\$ milhão

Por órgão	Dotação	Despesa realizada até 2º bim.
Ministério de Minas e Energia	59.908	19.011
Ministério dos Transportes ¹	1.012	124
Ministério das Comunicações ²	1.049	124
Outros	6.840	719
Total	68.809	19.977

¹ Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
² Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

R\$ milhão

Por subfunção	Dotação	Despesa realizada até 2º bim.
Produção Industrial	61	11
Energia Elétrica	7.858	774
Combustíveis Minerais	46.496	17.607
Transporte Aéreo	558	97
Transporte Hidroviário	1.468	151
Transportes Especiais	2.727	268

R\$ milhão

Por função	Dotação	Despesa realizada até 2º bim.
Indústria	77	6
Comunicações	962	123
Energia	59.887	19.011
Transporte	1.034	124

R\$ milhão

Por unidade	Dotação	Despesa realizada até 2º bim.
Grupo Eletrobrás	7.750	790
Grupo Petrobras	52.158	18.221
Cias DOCAS	451	26
Infraero	562	98

Fonte: Portaria n.º 3.466/2018 da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais.